

Nota curricular

Ana Mercedes Soares Rocha da Silveira Corrêa Mendes — natural de Lisboa (19.01.1969).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Menção de Ciências Económicas) Em 1992.

Em 1997 concluiu o Curso Intensivo de Especialização em Finanças para Gestores Não financeiros, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa). Em 2005 obtém a Pós-Graduação em Estudos Penitenciários pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Assessora do Provedor de Justiça, inicialmente no Direito do Consumo e nos Assuntos Penitenciários, neste último caso realizando visitas aos estabelecimentos prisionais.

Foi co-autora do capítulo sobre o sistema penitenciário em publicação da Provedoria de Justiça, de 2008, intitulada “Relatórios Sociais”. Colaboradora nacional no Observatório de Direitos Humanos da Federação Iberoamericana de Ombudsman, no seguimento do seu Relatório sobre o sistema penitenciário.

202345503

Despacho n.º 21720/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Elisa de Pinho Leão Ferrão Morgado, técnica superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Elisa de Pinho Leão Ferrão Morgado — natural de Lisboa (28-12-1964).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduada em Direito da Comunicação pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Universidade de Coimbra. Frequentou o II curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, assim como outros cursos de formação, colóquios e seminários, em particular, no âmbito do direito da função pública.

Assessora do Provedor de Justiça, desde Novembro de 2000, na área relativa aos assuntos de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança. Técnica superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, desde Dezembro de 1993, com especialização nas matérias referentes a estruturas orgânicas e quadros de pessoal, estatuto do pessoal dirigente, regime remuneratório e carreiras dos trabalhadores da Administração Pública (Departamento de Reclassificação, Reconversão e Colocação de Pessoal) e Departamento de Ordenamento de Carreiras e de Política Salarial).

202345447

Despacho n.º 21721/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Helena Maria Almada e Melo Furtado de Mendonça Lancastre, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Helena Maria Almada e Melo Furtado de Mendonça Lancastre — natural de Lisboa (5.07.1965).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1988).

Pós-Graduação em Estudos Europeus, vertente jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa (1993).

Participação em acções de formação, designadamente, sobre o Regime de Aposentação na Administração Pública, a Protecção dos Riscos Profissionais e no domínio do Direito Administrativo.

Assessora do Provedor de Justiça, desde Fevereiro de 2005, para a área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Desempenhou funções de Inspectora Superior Principal na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, entre Novembro de 2001 e Fevereiro de 2005.

De Setembro de 1997 a Outubro 2001, foi Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais.

Exerceu advocacia na Sociedade de Advogados “Jardim, Sampaio, Caldas e Associados”, entre Outubro de 1990 e Setembro de 1997, tendo realizado o respectivo estágio na mesma sociedade de advogados, entre Outubro 1988 e Outubro 1990.

202345188

Despacho n.º 21722/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves, técnica superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves — natural de Gondomar (6.03.1969).

Doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Obra publicada: monografia Relação jurídica de emprego público: movimentos fractais, diferença e repetição, Coimbra Editora, 1999; artigos e notas de jurisprudência que versam sobre matérias de Direito Administrativo e de Direito da função pública. Experiência profissional: assessora do Provedor de Justiça (desde 2000); actividade docente na Faculdade de Direito de Lisboa (desde 1996) No curso de licenciatura, em cursos pós-graduados e cursos de mestrado, com participação ocasional em cursos de pós-graduação de Direito do Trabalho e de Direito do Emprego público, na Faculdade de Direito de Coimbra (respectivamente, do IDET e do CEDRIPE), e no âmbito do curso de Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais e Urbanismo, na Faculdade de Direito do Porto; técnica superior da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com exercício de funções no Serviço de Auditoria e Inspecção (de 1994 a 2000).

202345341

Despacho n.º 21723/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Elisa Padre Ataíde Ribeiro Amado Namorado de Carvalho, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota Curricular

Maria Elisa Padre Ataíde Ribeiro Amado Namorado de Carvalho — natural de Lisboa (22/04/1969).

Licenciada em Direito pela FDUL (*Felicitate*) [1992], Especialista na Área de Ciências Jurídico-Políticas (Direito Constitucional e Eleitoral, Administrativo, do Ambiente e do Trabalho), concluiu a parte escolar do Mestrado em 1995, com média de 15 valores.

Desde Março de 2003 exerce, em comissão de serviço, funções de assessora do Provedor de Justiça, na Área de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança. Suspendeu, a seu pedido, a inscrição na Ordem dos Advogados. Exerceu Advocacia ininterruptamente até 2003 e foi Secretário da Mesa da 3.ª Secção do V Congresso dos Advogados Portugueses (Lisboa, 2000).

Entre 1992 e 1996, leccionou, na FDUL, nas áreas de Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito do Trabalho. Participou no corpo redactorial da “Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território”, publicada pela APDA (1996) e foi membro da Mesa da Assembleia Geral desta Associação. Publicou Monografias e artigos nas áreas da Legislação Eleitoral Portuguesa, Contencioso Eleitoral, Direito do Ambiente (Polícia Administrativa do Ambiente), entre outros.

202345439

Despacho n.º 21724/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Eduarda dos Santos Ferraz de Meneses Falcão, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Eduarda dos Santos Ferraz de Menezes Falcão — natural de Coimbra (24.07.1969).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, em 1992.

Pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa, em 1993, e em Direito da Medicina, pela Universidade de Coimbra, em 2004.

É, desde 1998, assessora do Provedor de Justiça, tendo a seu cargo especialmente as matérias político-constitucionais.

Participou igualmente nas inspeções ao sistema penitenciário de 1998 e de 2002, cabendo-lhe a redacção do capítulo da saúde nos respectivos relatórios finais.

É autora de “O Provedor de Justiça na Defesa da Constituição”, publicado pela Provedoria de Justiça em 2008.

Foi advogada, tendo exercido a sua actividade sobretudo nas áreas do direito das sociedades, fiscal e administrativo.

202345463

Despacho n.º 21725/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria de Fátima Monteiro Martins Constâncio, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota Curricular

Maria de Fátima Monteiro Martins Constâncio — natural de Lisboa (24.06.1975).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1998).

Frequentou entretanto vários cursos, seminários e conferências em várias áreas do Direito (designadamente, Administrativo e Segurança Social), bem como o curso de Pós-Graduação sobre Direito da Sociedade de Informação.

Desde Fevereiro de 2002 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Entre Novembro de 1998 e Fevereiro de 2002 exerceu actividade profissional como Advogada e Advogada Estagiária na Sociedade de Advogados “Malta da Silveira, Gibert Prates, Oliveira e Silva & Associados”, designadamente nas áreas do Contencioso, Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito das Sociedades.

Realizou estágio na Ordem dos Advogados entre Novembro de 1998 e Maio de 2001.

frequentou vários cursos, seminários e conferências sobre diversas áreas do Direito, designadamente o curso de Pós-Graduação sobre Direito da Sociedade de Informação, o curso de Código do Procedimento Administrativo para Juristas e o curso de Verão em Direito da Segurança Social.

202344953

Despacho n.º 21726/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria José de Figuerola Frazão de Castello-Branco, técnica superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria José Castello-Branco — natural de Lisboa (9-05-1959).

Funcionária pública desde 1986. Licenciada em Direito, especialização em ciências jurídicas da empresa, Mestre em Direito, área de Ciências Jurídicas (Universidade Católica Portuguesa); Grau de Estudos Avançados em Comunicação Institucional e Empresarial (programa de Doutoramento) Universidade Complutense, Madrid; Investigação Fundação Oliveira Martins; Membro do Gabinete do Ministro da Justiça (84/86); Assistente Convidada no “Institut Européen d’Administration Publique”, Maastricht (86/87); assessora no Secretariado para a Modernização Administrativa (89/96); funções dirigentes no Ministério da Educação (96/04); Assessora do Provedor de Justiça (04/09); Participou em vários

Grupos de trabalho, nacionais e internacionais; assistente convidada no curso de licenciatura; de especialização em estudos europeus e cursos de pós-graduação (Instituto Superior de economia e Gestão 89/2004); funções de formadora/monitora; comunicações apresentadas e trabalhos publicados. a sua actividade, na função pública, e na Provedoria de Justiça tem-se desenvolvido no âmbito de organização administrativa, relação de emprego público e gestão de recursos humanos.

202345414

Despacho n.º 21727/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Teresa Maria Castro e Almeida de Aragão Morais, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Teresa Maria Castro e Almeida de Aragão Morais — natural de Lisboa (9.10.1969).

Licenciada em Direito pela faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1993, realizou estágio profissional e exerceu advocacia na sociedade de advogados PLMJ — A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados.

É, desde de Julho de 2002, assessora do Provedor de Justiça na área dos assuntos judiciais, estrangeiros e nacionalidade, segurança rodoviária e trânsito, registos e notariado.

No âmbito das suas funções, tem sido responsável pela instrução dos processos referentes a matérias de estrangeiros e nacionalidade e, até Maio de 2008, de segurança rodoviária e trânsito, registos e notariado e assuntos judiciais.

No âmbito de actualização de competências, destaca-se o curso “Contra-Ordenações”, ministrado pelo INA.

202345309

Despacho n.º 21728/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Sofia Simões de Sousa Firmino Ribeiro, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Sofia Simões de Sousa Firmino Ribeiro — natural de Lisboa (18-05-1976).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1994—1999).

Pós-graduada em Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001/2002) E em Direitos Humanos, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2003).

Concluiu a fase curricular do curso de mestrado, em Ciências Jurídico—Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2003/2004).

De Setembro de 1999 a Junho de 2005 exerceu advocacia nas sociedades de advogados F. Castelo Branco, P. Rebelo de Sousa & Associados — Grupo Legal Português (GLP) (1999-2001), Sérvulo Correia & Associados (2001-2003) E Simmons & Simmons, Rebelo de Sousa e Associados (2003-2005).

Exerce as funções de assessora do Provedor de Justiça, desde Julho de 2005, em área dedicada aos assuntos de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança.

202345399

Despacho n.º 21729/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito Mário João Redondo Serra Pereira, técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Administração de Justiça, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.